

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RICARDO AFFONSO GUTIERREZ ALVES DE CAMARGO

O PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL
CIVIL BRASILEIRO

CURITIBA

2011

RICARDO AFFONSO GUTIERREZ ALVES DE CAMARGO

O PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL
CIVIL BRASILEIRO

Monografia apresentada à disciplina de Direito Processual Civil como requisito parcial à conclusão do Curso de Direito, Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.º Dr. Eduardo Talamini

Coorientador: William Soares Pugliese

CURITIBA

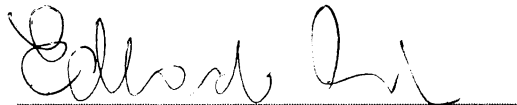
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

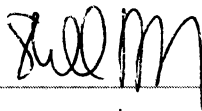
RICARDO GUTIERREZ ALVES DE CAMARGO

O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil Brasileiro

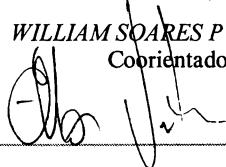
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



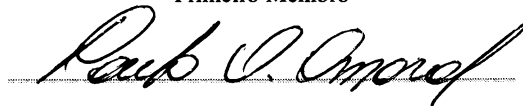
EDUARDO TALAMINI
Orientador



WILLIAM SOARES PUGLIESE
Coorientador



ELTON VENTURI - Direito Civil e Processual Civil
Primeiro Membro



PAULO OSTERNACK AMARAL
Segundo Membro

Dedico esta monografia ao meu avô, o advogado e jornalista Fernando Affonso Alves de Camargo, que enxergou neste ora graduando, quando pequeno, a vocação e a capacidade para contestar tudo o que estava ao seu redor, afirmando, orgulhosamente, que ele tornar-se-ia advogado.

Dedico, também, ao meu tataravô, o Magnífico Victor Ferreira do Amaral e Silva, no centenário da Universidade que fundou e em que foi Reitor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus estimados pais por terem me proporcionado a estrutura, bem como as broncas, necessárias para que eu pudesse concluir este curso.

Também, aos egrégios Guilherme Marcial Ledra Ribeiro e Renata Ross Kloss por terem me dedicado amizade e apoio incondicionais nos últimos cinco anos.

Ainda, aos ilustríssimos Fernando Bastos, Marília Bugalho Pioli e Juliana Chevônica por todo o apoio na elaboração desta monografia, tecendo comentários necessários – e irreverentes, destaque-se – para a sua conclusão.

Por fim, porém não menos importantes, aos meus insígnies professores Eduardo Talamini e William Soares Pugliese pelas importantes lições e por terem me dado a honra de tê-los como orientadores.

“Δεν ελπίζω τίποτα, δεν φοβάμαι τίποτα, είμαι ελεύθερος”.

Não espero nada, não temo nada, sou livre.

Nikos Kazantzakis.

RESUMO NA LÍNGUA VERNÁCULA

Atualmente encarado como elemento que dificulta a prestação da efetiva tutela jurisdicional, o princípio do duplo grau de jurisdição traduz-se na possibilidade de impugnação da decisão judicial mediante a submissão da lide, tanto da matéria de fato quanto de direito, a reexame, por meio de recurso, direcionado a órgão jurisdicional hierarquicamente superior, que proferirá uma segunda decisão válida ou manterá a decisão anterior, sob o fundamento de garantia de boa solução.

É tal instituto alçado à categoria de princípio constitucional implícito, podendo ser excetuado, porém não de garantia, que deve sempre ser observada, sob pena de inconstitucionalidade.

Destaca grande parte da doutrina argumentos a favor e contra este princípio, discorrendo, principalmente, acerca da maior possibilidade de erro por parte do juízo de primeiro grau em relação ao de segundo grau, e da eventual dificuldade de acesso a justiça em sua razão.

Conclui-se que deve o legislador atentar ao duplo grau de jurisdição, em razão de ser ele princípio constitucional, apesar de implícito, a fim de se evitar a possibilidade inafastável de erro do juízo de primeira instância.

Palavras-chave: Duplo grau de jurisdição. Direito Processual Civil brasileiro.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Princípios.....	8
3. O princípio do duplo grau de jurisdição.....	12
3.1. Histórico.....	12
3.2. Direito comparado.....	14
3.3. Conceito.....	15
3.4. Constitucionalidade.....	20
3.5. Argumentos.....	25
3.5.1. Favoráveis.....	25
3.5.2. Contrários.....	31
3.6. Exceções.....	35
4. Conclusão.....	41
5. Referências Bibliográficas.....	42

1 INTRODUÇÃO

Apelações, agravos, embargos infringentes, embargos de declaração, recursos ordinários, recursos especiais, recursos extraordinários, embargos de divergência em recursos especiais e extraordinários: a verdade é que a grande quantidade de recursos prevista no ordenamento jurídico brasileiro leva o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição a ser considerado, principalmente nos últimos tempos – leia-se reformas do Código de Processo Civil – a principal barreira à efetiva tutela jurisdicional.

Os anos passam e os processos demoram eras para terminar em razão da vasta previsão no âmbito recursal do Direito Processual Civil pátrio. Graças à celebrada alteração no artigo 5º, com a inclusão do inciso LXXVIII, proposta pela Emenda Constitucional 45/2004, que institui a razoável duração do processo, e aos Princípios da Efetividade e da Celeridade Processual, tem-se buscado intensamente reduzir, ou suprimir, os recursos, porém, sem atentar a possíveis afrontas ao Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.

Afinal, o Poder Judiciário brasileiro já cometeu, e continua cometendo, diversos equívocos que acabam por resultar em injustiças, mostrando-se necessário haver modos de impugnar as decisões proferidas a fim de sanar tais erros. Não será reduzindo, ou suprimindo, o âmbito recursal descriteriosamente que se resolverá tal situação.

A intenção do presente trabalho é justamente apresentar o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil brasileiro, abordando seus aspectos mais relevantes e as posições doutrinárias acerca deles.

2 PRINCÍPIOS

Mostra-se necessário, antes de adentrar de fato o princípio do duplo grau de jurisdição e suas decorrências no direito pátrio, estabelecer uma breve – em razão da complexidade e do nível de abstração da matéria – distinção preliminar entre regras, normas, princípios e garantias.

Em termos semânticos, princípio, do latim *principiu*, significa “momento ou local ou trecho em que algo tem origem; começo (...)”, “causa primária”, “elemento predominante na constituição de um corpo orgânico”, “preceito, regra ou lei”, “fonte ou causa de uma ação”, “preposição que se põe no início de uma dedução, e que não é deduzida de nenhuma outra dentro do sistema considerado, sendo admitida, provisoriamente, como inquestionável”, ou ainda, no plural, como “proposições diretoras de uma ciência, às quais todo o desenvolvimento posterior dessa ciência deve estar subordinado”.¹

Para abordar conceitos e distinguir regra, princípio, norma e garantia é preciso recorrer à filosofia do direito, bem como ao direito constitucional.

Em primeiro lugar, destaca-se que os princípios e as regras são espécies do gênero norma.

Estabelece Ronald Dworkin distinção entre princípios e regras com fulcro na estrutura lógica das normas, que denomina como *logical distinction*, pela qual as regras seriam aplicadas ao modo “tudo ou nada” – *all-or-nothing fashion* – enquanto possuiriam os princípios uma dimensão de peso – *dimension of weight*.²

Explica-se: se os fatos descritos em uma regra forem verificados no caso concreto, ou essa regra é válida e sua consequência se aplica, ou ela é inválida e não contribui em nada para a decisão. Isso quer dizer que, em caso de conflito de

¹ HOLANDA FERREIRA, A. B. DE. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. Página 1393.

² DWORKIN, R. **Taking Rights Seriously**. Cambridge: Harvard University Press, 1997. Página 24.

regras, uma delas deve ser considerada inválida.

Já no caso de colisão de princípios, um deles não prevalecerá, porém tal fato não significa que ele deixou de ser um princípio do ordenamento jurídico. Afinal, é perfeitamente possível que, em outro caso, ele venha a ser decisivo.

Já Robert Alexy, complementando a teoria de Ronald Dworkin, estabelece uma distinção qualitativa entre princípios e regras, segundo a qual seriam os princípios normas jurídicas que expressam “mandamentos de otimização”, podendo ser aplicáveis em vários graus, dependendo das possibilidades fáticas e jurídicas.³

Segundo o mesmo autor, os conflitos de regras resolvem-se na dimensão da validade, à medida que as colisões entre princípios resolver-se-iam na dimensão do peso. Em outros termos, os princípios apresentam pesos diferentes, dependendo do caso concreto. Não há uma relação absoluta de precedência entre eles. Ocorrendo a colisão, o princípio de maior peso relativo prevalecerá sobre o outro. Por isso defende o doutrinador que “a natureza dos princípios implica a máxima da proporcionalidade”.⁴

No âmbito do direito constitucional, José Joaquim Gomes Canotilho, por sua vez, propõe cinco critérios de distinção entre princípios e regras, quais sejam o grau de abstração, o grau de determinabilidade na aplicação ao caso concreto, o caráter de fundamentabilidade no sistema de fontes do direito, a proximidade da ideia de direito; e, por fim, a natureza normogenética dos princípios.⁵

Desta forma, seriam os princípios normas que apresentam maior grau de abstração, que necessitam, para sua aplicação, de mediações concretizadoras, quer pelo legislador, quer pelo magistrado. Já as regras, segundo o autor, seriam suscetíveis de aplicação direta por possuírem um grau de abstração mais reduzido.

³ ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. Página 90.

⁴ ALEXY, R. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. Página 116.

⁵ CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. Páginas 1160 e 1161.

Os princípios desempenham ainda um papel fundamental no ordenamento jurídico, tendo em vista sua natureza estruturante e sua posição hierárquica no sistema das fontes. Eles seriam *standards* juridicamente vinculantes baseados nas ideias de direito e justiça. Por fim, os princípios constituiriam o próprio fundamento de regras jurídicas.

Segundo Nelson Luiz Pinto:

“os princípios, genericamente falando, são regras não-escritas que decorrem ou de outras regras escritas, ou de um conjunto de regras, ou do sistema jurídico como um todo, e que orientam não apenas a aplicação do direito positivo, mas também a própria elaboração de outras regras, que a eles devem guardar obediência e hierarquia”.⁶

Eduardo Talamini, abordando as possibilidades de revisão da coisa julgada, destaca a maleabilidade da incidência dos princípios em face dos casos concretos, observando que “a colisão entre princípios é problema que não tem como ser dirimido integralmente de modo geral e abstrato. Depende da consideração de aspectos concretos”.⁷

No que tange às garantias, Paulo Bonavides diferencia-as de direitos afirmando que são “meio de defesa”, não sendo possível confundir ambas as categorias. Ainda, cita diversos doutrinadores a fim de estabelecer um conceito de garantia, destacando as posições de Carlos Sánchez Viamonte, que define garantia como “a proteção prática da liberdade levada ao máximo de sua eficácia”; de Rafael Bielsa, que afirma que garantias são normas positivas expressas “que asseguram e protegem um determinado direito”; e de Jorge Miranda, que destaca que “os direitos declaram-se, as garantias estabelecem-se”.⁸

José Afonso da Silva, valendo-se dos ensinamentos de Ruy Barbosa, destaca o caráter declaratório dos direitos e o caráter assecuratório das garantias,

⁶ PINTO, N. L. **Manual dos Recursos Cíveis**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. Página 84.

⁷ TALAMINI, E. **Coisa Julgada e sua Revisão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Página 575.

⁸ BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. Páginas 525 à 530.

afirmando que “as garantias constitucionais, que consistem nas instituições, determinações e procedimentos mediante os quais a própria Constituição tutela a observância ou, em caso de inobservância, a reintegração dos direitos fundamentais”. Ainda, trata o doutrinador das garantias constitucionais como imposições positivas ou negativas direcionadas ao Poder Público, a fim de limitar sua conduta.⁹

A questão de ser o duplo grau de jurisdição alçado ou não às categorias de princípio ou garantias constitucionais será objeto de análise posterior nesta monografia, especificamente no subtópico 3.4.

⁹ SILVA, J. A. DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1998. Páginas 189 à 192.

3 O PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

Abordadas as questões preliminares acerca das diferenças entre regras, normas, princípios e garantias, passa-se, então, a tratar do princípio do duplo grau de jurisdição e de suas decorrências no Direito Processual Civil pátrio.

3.1 HISTÓRICO

Segundo Oreste Nestor de Souza Laspro, é possível verificar do estudo das civilizações antigas um desenvolvimento processual parecido, abrangendo em um primeiro momento a resolução dos litígios pelas próprias partes ou grupos familiares a que pertenciam e em um segundo momento a solução ocorria mediante a escolha de árbitro, caracterizando, assim, uma espécie de arbitragem facultativa. Em uma terceira etapa, o Estado passaria, então, a impor às partes a escolha de um árbitro, garantindo a execução da decisão e, em um último momento, a intervenção estatal na aplicação da justiça, passando-se, portanto, à imposição de submissão ao julgamento.¹⁰

Pode-se verificar no Direito Romano o início de um sistema recursal, o qual previa meios de impugnação à decisão judicial, mais especificamente no período *Ordo iudiciorum privatorum*, porém tais meios não poderiam ser considerados “recursos”, tratando-se de meros instrumentos políticos de controle.

No período *cognitio extra ordinem*, foi concebida a apelação a fim de concentrar nas mãos do Imperador o poder de aplicar a lei e de julgar os recursos, aumentando seu poder sobre a sociedade.

¹⁰ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 30.

Após, houve a supressão do duplo grau de jurisdição em razão das invasões bárbaras porque a justiça era concebida como ato de vingança.¹¹

Sofreu o Direito Brasileiro então influências do primitivo Direito Português, influenciado pelos Direitos Romano e Canônico com o advento das universidades européias durante o século XI.

No Brasil, quanto à matéria recursal, seguindo os ideais revolucionários franceses, a Constituição Imperial de 1824 foi a única Constituição pátria que previa expressa e irrestritamente o duplo grau de jurisdição, segundo seu artigo 158: "Para julgar as Causas em segunda, e ultima instancia haverá nas Provincias do Imperio as Relações, que forem necessarias para commodidade dos Povos".¹²

Com a promulgação do Código de Processo Criminal de 1829, o único recurso previsto para atacar sentença definitiva era o de apelação, tendo o agravo sido proibido e admitindo-se apenas recurso de revista nos casos previstos em lei.

Posteriormente, com o advento do Regulamento 737 e do Código Comercial Brasileiro, Lei nº 556 de 1850, havia certa dualidade processual, na medida em que nas causas comerciais existiam apenas apelação e agravo e nas demais eram previstos apelação, agravo, revista e embargos – sendo que os dois últimos não eram garantidores do duplo grau. Curiosamente, já havia uma forma de controle de alçada para a admissibilidade do recurso, uma vez que somente caberia apelação para as causas que excedessem 200\$.¹³

Tal dualidade processual foi elucidada com a aprovação da Consolidação Ribas, que compilou as normas processuais então em vigor, mantendo os quatro recursos até então previstos, inclusive no tocante aos embargos e revista não

¹¹ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 20.

¹² BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**, registrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil a fls. 17 do Livro 4 de Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro, 22/04/1824. Consultada através da URL: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>.

¹³ Trata-se da primeira restrição ao duplo grau de jurisdição no direito pátrio. SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 74.

garantirem o duplo grau de jurisdição. A referida legislação inovou no tocante à inexistência de alçada para a interposição de apelação, bem como de agravo.

Já no período republicano, foi determinada a aplicação do Regulamento 737, revogando tacitamente as Ordenações e a Consolidação Ribas, permitindo a Constituição de 1891 que cada Estado regulamentasse seu próprio sistema processual civil.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1934, a competência para legislar acerca de matéria processual retornou à União, sendo que, em 1939, houve a promulgação do primeiro Código de Processo Civil com a previsão dos recursos de apelação, agravo, embargos de nulidade ou infringentes do julgado, revista, recurso extraordinário e embargos declaratórios. O duplo grau de jurisdição passou então a ser garantido pelo referido diploma na medida em que estabelecia que a apelação devolve o conhecimento da matéria discutida em primeiro grau ao tribunal, porém, houve o retorno do óbice de alçada em casos de valor menor, e, ainda, foram definidos casos de competência originária do tribunal e mantidas as apelações de ofício, atualmente conhecidas como reexame necessário.

3.2 DIREITO COMPARADO

Mostra-se interessante abordar, mesmo que brevemente, o princípio do duplo grau de jurisdição em outros países, tomando-se a título de exemplo a França e a Itália, onde há também controvérsias acerca do princípio em voga.

Afirmam Oreste Nestor de Souza Laspro e Ana Cândida Menezes Marcato que a França, embora tenha adotado tradicionalmente o duplo grau de jurisdição como garantia fundamental, mitigou este princípio por meio das alterações apresentadas pelo *Nouveau Code de Procédure Civile*, em razão da necessidade de atividade jurisdicional mais ágil, conferindo-lhe apenas natureza infraconstitucional. Porém, destaca-se uma peculiaridade com relação ao Brasil: não há tendência de desaparecimento deste princípio do sistema processual francês. Inexiste

preocupação quanto ao duplo grau de jurisdição ter *status* constitucional neste país, sendo tal princípio tratado como mero mecanismo processual regulamentado em sede ordinária.¹⁴

Apontam os mesmos doutrinadores que se verifica na Itália controvérsia semelhante à que o Brasil enfrenta no tocante ao princípio do duplo grau de jurisdição: a previsão ou não do referido princípio em sede constitucional. Ressalte-se que já houve tentativa de conferir *status* constitucional ao duplo grau de jurisdição pela emenda *Murgia-Mannironi*, porém sem sucesso, não se manifestando a Assembléia Constituinte favorável ou contrária ao princípio, a fim de não vincular o legislador ordinário.

Ademais, há aqueles, como Mauro Capelletti, que se posicionaram contrariamente ao duplo grau de jurisdição, destacando o desprestígio do juiz de primeiro grau, e aqueles que se posicionam favoravelmente à constitucionalização do duplo grau de jurisdição, aproveitando-se de dispositivo constitucional que estabelece recorribilidade de decisões administrativas, sustentando que tal se aplicaria implicitamente aos processos civil e penal.¹⁵

3.3 CONCEITO

Como bem destacado por grande parte da doutrina, não é possível encontrar o conceito do termo “duplo grau de jurisdição” expresso no direito material positivo,

¹⁴ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Páginas 135 à 137.

MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Páginas 37 e 38.

¹⁵ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Páginas 142 à 149.

MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Páginas 34 à 37.

mostrando-se necessário recorrer à doutrina para estabelecer uma conceituação, sendo que esta variará conforme os elementos trazidos por cada doutrinador.

Em primeiro lugar, com relação à tecnicidade do termo “duplo grau de jurisdição”, traz Oreste Nestor de Souza Laspro que esta nomenclatura, na verdade, é equivocada, uma vez que, tratando-se a jurisdição de projeção do poder soberano, considerar a existência de várias jurisdições seria admitir a pluralidade de soberanias, o que não apresenta nexo algum¹⁶, ocorrendo, sim, a divisão da competência em dois ou mais órgãos jurisdicionais distintos, da mesma hierarquia ou não.¹⁷

Segundo o mesmo autor, o termo em voga não se relaciona propriamente à duplicidade de jurisdição, mas sim à possibilidade de reexame das demandas, ter-se duas decisões válidas, observados certos requisitos e competência de órgãos julgadores.

Por fim, o doutrinador conceitua o duplo grau de jurisdição como: “aquele sistema jurídico em que, para cada demanda, existe a possibilidade de duas decisões válidas e completas no mesmo processo, emanadas por juízes diferentes, prevalecendo sempre a segunda em relação à primeira”.¹⁸

José Carlos Barbosa Moreira destaca que: “tradicional é a correlação que se estabelece entre o instituto do recurso e o princípio do duplo grau de jurisdição, segundo o qual as lides ajuizadas devem submeter-se a exames sucessivos como garantia de boa solução”.¹⁹

¹⁶ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 17.

¹⁷ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 23.

¹⁸ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 27.

¹⁹ MOREIRA, J. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. 5. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1998. Página 235.

Do conceito supracitado, podem-se extrair alguns elementos importantes, como a correlação entre o instituto do recurso e o duplo grau de jurisdição, pois o primeiro é garantido pelo segundo e será o meio de colocar em prática o duplo grau jurisdicional; a submissão a reexame da lixe ajuizada; e a garantia da boa solução, levando em consideração que os órgãos de jurisdição superiores têm mais experiência e poderão reexaminar a decisão proferida em grau inferior de forma mais criteriosa, a fim de evitar possíveis equívocos e de garantir a efetiva prestação da tutela jurisdicional.

Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini defendem que o princípio do duplo grau originou-se da preocupação com o abuso de poder por parte dos magistrados e que, assim como José Carlos Barbosa Moreira entende, tem sido considerado garantia fundamental de boa justiça.

Ainda, interpretam os doutrinadores que o princípio consiste na possibilidade de uma mesma matéria ser decidida duas vezes por órgãos distintos do Poder Judiciário e que não se trata de garantia constitucional absoluta, podendo existir, excepcionalmente, Lei Ordinária que venha a suprimi-lo em determinada situação.²⁰

Segundo Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco, o princípio do duplo grau de jurisdição indica a possibilidade de revisão, por meio de recurso, das causas já julgadas em primeiro grau de jurisdição, ou jurisdição inferior ou primeira instância, garantindo, desta forma, um novo julgamento pelos então denominados órgãos de jurisdição superior de segundo grau ou, ainda, segunda instância.²¹

Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery concebem que além de ser postulado constitucional, consectário do princípio do devido processo legal, o princípio do duplo grau de jurisdição trata-se da possibilidade de impugnação da

²⁰ WAMBIER, L. R.; TALAMINI, E. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 1: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 11ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. Página 622: "Este princípio nasceu da preocupação com o abuso do poder pelos magistrados. Tem sido entendido como garantia fundamental de boa justiça. Consiste no princípio segundo o qual uma mesma matéria deve ser decidida duas vezes, por dois órgãos diferentes do Poder Judiciário".

²¹ ARAÚJO CINTRA, A. C. DE; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. Página 80.

decisão judicial, a ser reexaminada pelo mesmo ou outro órgão jurisdicional, destacando, assim como entendem Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini, que não é princípio ilimitado, podendo ser restringido o cabimento de recursos e suas respectivas hipóteses de incidência mediante lei.²²

Humberto Theodoro Júnior, em seu Curso de Direito Processual Civil, destaca que o instituto do recurso é sempre correlacionado ao princípio do duplo grau de jurisdição, consistindo na possibilidade de submissão da mesma lide a sucessivos exames, por magistrados diferentes, novamente, como garantia da boa solução. Cita os ensinamentos de Amaral Santos, no sentido de que a possibilidade de reexame da decisão enseja o juízo inferior a tomar maior cuidado na elaboração, além de estimular o juiz a aprimorar suas aptidões funcionais, visando a uma possível ascensão nos quadros da magistratura.

Destaca, também, que, devido à experiência, o órgão jurisdicional superior é mais habilitado ao reexame da lide, à apreciação da decisão anterior, servindo como “elemento de freio à nova decisão que se vier a proferir”.²³

Ana Cândida Menezes Marcato, considerando diversos elementos e posições adotadas pela doutrina, expressa o conceito de duplo grau de jurisdição como a “possibilidade de reapreciação do mérito da causa, por meio do reexame da decisão final de instância original, abrangendo tanto as questões de fato como as de direito, por órgão jurisdicional diverso, sendo este de hierarquia superior ou não”.²⁴

Ainda, faz-se necessário citar precedente jurisprudencial em que o Ministro Sepúlveda Pertence, enquanto Relator, conceitua o duplo grau de jurisdição concebendo-o em seu modelo clássico, qual seja a possibilidade de reexame

²² NERY JUNIOR, N.; ANDRADE NERY, R. M. DE. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

²³ THEODORO JÚNIOR, H. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 1: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. Página 636.

²⁴ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 24.

integral da sentença de primeiro grau por órgão diverso do que a proferiu e, concomitantemente, de hierarquia superior.²⁵

Por fim, deve-se considerar ponto controverso entre os posicionamentos da doutrina apresentados a necessidade de reapreciação por órgão hierárquico distinto e/ou superior.

Destaca Oreste Nestor de Souza Laspro que é incontroverso que na maior parte dos casos a competência para julgar eventual recurso será de órgãos jurisdicionais hierarquicamente superiores, porém, aduz que tal fato não impõe impedimento para que o órgão julgador seja do mesmo grau de jurisdição, sem ofensa ao princípio. Ressalva apenas que caso a impugnação venha a ser dirigida a quem proferiu a decisão, não se está diante de duplo grau de jurisdição, e sim de duplo exame.

Cita o doutrinador como exemplo a hipótese prevista no §1º do artigo 41 da Lei nº 9.099/1995²⁶, que dispõe acerca dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, em que o recurso será julgado por órgão colegiado composto por juízes do mesmo grau, e nem por tal motivo há supressão do duplo grau de jurisdição.²⁷

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal proferiu decisão reconhecendo a competência das turmas recursais dos Juizados Especiais Federais para julgar recursos, incluindo mandados de segurança interpostos contra decisões emanadas pelos próprios Juizados, entendendo que não existe subordinação aos Tribunais de Justiça estaduais e aos Tribunais Regionais Federais. Porém, ressaltou o Ministro

²⁵ RHC 79785, STF, Relator Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 29/03/2000, D.J. 22/11/2002.

²⁶ BRASIL. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 15033, 27 set. 1995. Seção 1:

Art. 41. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado.

§ 1º O recurso será julgado por uma turma composta por três Juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

²⁷ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 20.

Celso de Mello que o modelo dos Juizados Especiais não se rege pelo duplo grau de jurisdição, mas sim pelo duplo exame, ocorrendo este em sede de primeira instância.²⁸

Ana Cândida Menezes Marcato corrobora o entendimento pelo qual a devolução do recurso ao juízo prolator da decisão impugnada não configura duplo grau de jurisdição, apenas mero duplo exame, como no caso previsto no artigo 34 da Lei nº 6830/1980, que dispõe sobre execução fiscal.

Portanto, observados os conceitos supracitados, pode-se destacar alguns elementos que definirão o duplo grau de jurisdição: a possibilidade de impugnação de decisão judicial; a submissão da lide, tanto da matéria de fato quanto de direito, à reexame por meio de recurso; a competência de órgão jurisdicional hierarquicamente superior; a obtenção de mais de uma decisão válida e a garantia de boa solução.

3.3 CONSTITUCIONALIDADE

Incontroverso é que o duplo grau de jurisdição é garantido pelo sistema infraconstitucional pátrio quando o Código de Processo Civil prevê os recursos e expõe cada respectiva hipótese de cabimento, e também que tal instituto não é previsto expressamente pela Constituição ora vigente.

Porém, há tempos discute-se acerca do viés constitucional do princípio do duplo grau de jurisdição, posicionando-se parte da doutrina a seu favor e outra parte contra.

Inicialmente, ressalta-se que o referido princípio já teve previsão expressa no sistema constitucional brasileiro, mais especificamente na Constituição Política do Império do Brasil de 1824, em seu artigo 158: “Para julgar as Causas em

²⁸ RE 586789, STF, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgado em 16/11/2011, D.J. 17/11/2011.

segunda, e ultima instancia haverá nas Províncias do Imperio as Relações, que forem necessarias para commodidade dos Povos”.²⁹

Preconiza José Carlos Barbosa Moreira que, embora parte da doutrina considere o *status* constitucional do princípio do duplo grau de jurisdição, a Constituição vigente não apresenta seu conceito, tampouco o alude expressamente.

Apesar de não mais haver previsão expressa do princípio em questão no sistema constitucional brasileiro, a Constituição da República Federativa do Brasil, no inciso LV do seu artigo 5º, dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.³⁰

Entende Nelson Luiz Pinto que o princípio do duplo grau de jurisdição decorre do artigo supracitado, encarando o termo *recurso* em sua ampla acepção, enquadrando-o como garantia constitucional integrante da ampla defesa e, consequentemente, não podendo ser suprimido dos direitos do indivíduo, sob pena de inconstitucionalidade.³¹

Destaca Fredie Didier Junior que tal disposição “expressamente, não aludiu ao duplo grau de jurisdição, mas sim aos instrumentos necessários ao exercício da ampla defesa”, sendo este o principal motivo para respeitável parte da doutrina brasileira afastar a idéia do duplo grau jurisdicional estar alçado à categoria de princípio constitucional.³²

Porém, não é este o principal argumento defendido para enquadrar o duplo grau de jurisdição como princípio constitucional, e sim o previsto nos incisos II e III

²⁹ BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**, registrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil a fls. 17 do Livro 4 de Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro, 22/04/1824. Consultada através da URL: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>.

³⁰ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

³¹ PINTO, N. L. **Manual dos Recursos Cíveis**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. Página 85.

³² DIDIER JR, F.; CARNEIRO DA CUNHA, L. J. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 3: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2009. Página 20.

do artigo 102 e incisos II e III do artigo 105, ambos da Constituição vigente, que estabelecem a competência dos tribunais de superposição para o julgamento dos recursos ordinário, extraordinário e especial. Ainda, o fato de o duplo grau de jurisdição ser decorrente do princípio do devido processo legal, previsto no inciso LIV do artigo 5º da Constituição.

Neste sentido, entende Cândido Rangel Dinamarco que o duplo grau de jurisdição é consagrado pela atual Constituição, uma vez que “expressa clara opção pela possibilidade de recursos contra as decisões judiciais” ³³, quando dispõe acerca da competência dos tribunais supracitados para o julgamento de recursos e, conforme o artigo 92 do mesmo diploma ³⁴, dos recursos aos tribunais integrantes da Justiça da União – Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Federais – e dos órgãos inferiores e superiores nas Justiças Estaduais.

Em contrapartida, Oreste Nestor de Souza Laspro ressalta que, à exceção do recurso ordinário, os demais recursos constitucionais não garantem o duplo grau de jurisdição e que, apesar de parte da doutrina entender que a mera garantia de recursos a Tribunais Superiores assegura o foro constitucional aos demais recursos, a Constituição atual garantiu o recurso extraordinário contra qualquer decisão, desde que não haja possibilidade de impugnação aos tribunais inferiores e que mesmo se

³³ DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. 1. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

³⁴ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**:
 Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:
 I - o Supremo Tribunal Federal;
 I-A o Conselho Nacional de Justiça; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
 II - o Superior Tribunal de Justiça;
 III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;
 IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;
 V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;
 VI - os Tribunais e Juízes Militares;
 VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
 § 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
 § 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004).
 Consultado em 10/11/2011 através da URL: <http://www.planalto.gov.br>

assim não fosse, o simples fato de a Constituição prever a existência de recursos não significa que todas as decisões possam ser impugnadas por meio deles.

Conclui o autor que, devido à ampliação da hipótese de cabimento do recurso extraordinário, a Constituição vigente admitiu que a supressão do direito de apelar não ofende o direito ao devido processo legal, não sendo garantido, desta forma, o duplo grau de jurisdição no âmbito constitucional. Ainda, dispõe que o duplo grau de jurisdição é inafastável do devido processo legal, porém que não há qualquer relação de continência ou de dependência entre ambos.³⁵

Já Ana Cândida Menezes Marcato destaca que, em uma primeira análise superficial, não teria o duplo grau de jurisdição foro constitucional em razão da não previsão expressa na Carta Magna. No entanto, ressalta que de uma análise mais profunda é possível concluir o contrário, que foi este instituto “agasalhado pela Lei Maior”, pois a Constituição admite plena possibilidade de interposição de recursos e, ainda, afirma existir relação de continência ou de dependência entre o duplo grau de jurisdição e o devido processo legal, princípio constitucional explícito, na medida em que o último apresenta garantias típicas e atípicas que “oferecem aos litigantes direito ao processo justo e equo, com oportunidades reais e equilibradas”, albergando o princípio do duplo grau – concordando, desta forma, com o posicionamento de Cândido Rangel Dinamarco.³⁶

Apresenta a autora importante consideração acerca da diferença entre princípio e garantia constitucionais, sendo que a segunda exprime impossibilidade de exceção tanto pela Constituição quanto por legislação infraconstitucional, sendo sua observância cogente. Neste sentido, argumenta ser o duplo grau de jurisdição previsto como princípio, porém não elevado à garantia, podendo este instituto ser excepcionado.

³⁵ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Páginas 159 e 175.

³⁶ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Páginas 27 à 29.

Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel Garcia Medina afirmam que “o ato de recorrer jamais pode ser encartado como capaz de obstar ou dificultar a efetividade dos provimentos jurisdicionais” e que, se assim fosse, existiria repulsiva inibição aos direitos da parte, representando contrariedade aos princípios da ampla defesa e do devido processo legal. Ainda, observam que os recursos são o meio que a sociedade dispõe para controlar as atividades do Poder Judiciário, e, também, representam relevante papel de controle interno deste mesmo Poder.³⁷

Interessante é abordar o duplo grau de jurisdição no direito processual penal brasileiro, em que é alçado como, além de princípio, garantia constitucional. O fato de este princípio ser elevado a garantia deve-se à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) – cuja letra h, número 2, do seu artigo 8º, garante ao réu o segundo grau de jurisdição – recepcionado no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo 27, de 26 de maio de 1992, do Decreto 678, de 6 de novembro de 1992, e, ainda, da Emenda Constitucional nº 45, que afere aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos força de emenda constitucional.³⁸

Com relação ao modo com que o duplo grau é previsto no ordenamento constitucional pátrio, importante é destacar o posicionamento de Ana Cândida Menezes Marcato. Conforme o abordado no primeiro capítulo desta monografia, têm os princípios caráter de *standards* juridicamente vinculantes, orientadores do

³⁷ WAMBIER, L. R.; WAMBIER, T. A. A.; MEDINA, J. M. G. **Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Páginas 145 e 146.

³⁸ BRASIL. Decreto n. 678, de 06 de novembro de 1992. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, P. 15562, 09 nov. 1992. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**:

Artigo 8º - Garantias judiciais

(...)

2. Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

(...)

h) direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior.

sistema jurídico em questão, não sendo absolutos e podendo variar quanto à aplicação em razão de colisão e do caso concreto.

Já as garantias são absolutas, devendo ser impostas por apresentarem caráter imperativo e cogente. Em caso de inobservância das garantias, devem os direitos fundamentais por elas assegurados ser restabelecidos – não admitindo, desta forma, quaisquer exceções.

Portanto, considerando-se os posicionamentos neste subtópico abordados, bem como as considerações do primeiro capítulo desta monografia, é possível concluir que tem o duplo grau previsão constitucional implícita, sendo alçado à categoria de princípio constitucional, porém, apesar de estar o instituto intimamente ligado ao devido processo legal, não se trata de garantia constitucional, podendo, assim, ser exceção.

3.5 ARGUMENTOS

O princípio do duplo grau de jurisdição é um instituto que separa absolutamente a doutrina pátria: há quem seja extremamente favorável a ele e há quem seja irrevogavelmente contrário, sendo que, na maioria das vezes, os argumentos tecidos estão intimamente relacionados ao viés constitucional deste princípio – o que será abordado posteriormente. Portanto, mostra-se necessário, antes de adentrar a sede constitucional, abordar os argumentos doutrinários favoráveis e contrários acerca do duplo grau de jurisdição.

3.5.1 FAVORÁVEIS

Como argumentos favoráveis ao duplo grau de jurisdição, traz a doutrina diversos, porém, destacam-se aqui o fator psicológico que o princípio exercerá sobre

as partes e os magistrados de jurisdição inferior; a maior cautela dos juízes em suas funções julgadoras; o controle dos atos judiciais de primeiro grau, tanto pelos juízes de instâncias superiores quanto pela sociedade; a possibilidade inafastável de erro do juízo de primeiro grau; a maior experiência dos órgãos julgadores *ad quem*; o fato de os julgamentos em instâncias superiores ocorrerem em regime colegiado; o reexame da lide, resultando em uma análise mais profunda e pormenorizada da questão e, por fim, a uniformização de jurisprudência que o duplo grau de jurisdição propicia.

Quanto ao fator psicológico, é inerente à natureza humana a não conformidade com um juízo que lhe seja adverso. O duplo grau de jurisdição acaba por oferecer ao sucumbente a oportunidade de questionar se aquela decisão que lhe foi desfavorável foi proferida corretamente e, desta forma, conformar-se com ela ou com outra que a substitua. Apresenta o princípio ação psicológica sobre as partes, e, até mesmo, sobre o juízo de primeira instância.

Segundo Cândido Rangel Dinamarco, “existe ainda a conveniência psicológica de oferecer aos perdedores mais uma oportunidade de êxito”.³⁹

Seguindo o mesmo raciocínio, José Carlos Barbosa Moreira observa que os resultados da adoção do sistema do duplo grau de jurisdição podem ser considerados positivos “até por motivos de ordem psicológica”.⁴⁰

Destaca Nelson Luiz Pinto que “é da essência do ser humano insurgir-se contra decisões que lhe são desfavoráveis, e isto desde criança – quando, por exemplo, o filho recorre à mãe de uma decisão do pai que lhe foi desfavorável, ou vice-versa”.⁴¹

Quanto à influência psicológica com relação aos juízes de instância inferior, o duplo grau de jurisdição faz com que eles tenham mais cautela e estudo ao proferir

³⁹ DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. 1. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. Página 243.

⁴⁰ MOREIRA, J. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. Página 236.

⁴¹ PINTO, N. L. **Manual dos Recursos Cíveis**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. Página 86.

decisões a fim de evitar possíveis censuras, ou até mesmo de trazer para si maior prestígio, ajudando, desta forma, a evoluir nos quadros do Poder Judiciário.

José Frederico Marques, neste sentido, destaca que “o sistema de recursos possui ação catalítica e preventiva, porquanto obriga o juiz de primeiro grau a maior cuidado e exaçação na sua tarefa julgadora”.⁴²

Ainda, Oreste Nestor de Souza Laspro e Ana Cândida Menezes Marcato ressaltam que tal argumento é muito relativo, uma vez que é garantido ao juiz vitaliciedade e inamovibilidade, e que, conseqüentemente, ascenderá na carreira, seja por merecimento ou antiguidade.⁴³

Argumento irrefutavelmente forte e válido é o de que o duplo grau de jurisdição exercerá controle dos atos judiciais, na medida em que as decisões proferidas em primeiro grau poderão ser submetidas a reexame pelo órgão de segundo grau.

Ana Cândida Menezes Marcato diz que esse argumento é justificado pela inadmissibilidade de existir uma atividade estatal sem fiscalização, mormente do Poder Judiciário.⁴⁴

Nelson Luiz Pinto destaca que “sem o duplo grau de jurisdição correr-se-ia o risco de o juiz julgar-se soberano e infalível, tornando-se despótico, na medida em que suas decisões jamais seriam reexaminadas”, atentando, desta forma, contra o Estado de Direito.⁴⁵

Cândido Rangel Dinamarco discorre que a submissão das decisões proferidas em primeiro grau de jurisdição a um órgão superior vem a evitar

⁴² MARQUES, J. F. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. IV. 1. ed. Campinas: Millenium, 2000. Página 4.

⁴³ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 102. MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 43.

⁴⁴ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 44.

⁴⁵ PINTO, N. L. **Manual dos Recursos Cíveis**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. Página 86.

desmandos e “legitimar a própria atuação do Poder Judiciário como um todo” constituindo o duplo grau de jurisdição mecanismo de equilíbrio entre a segurança jurídica e a ponderação nos julgamentos.⁴⁶

Referindo-se aos mecanismos de controle da atividade jurisdicional, Oreste Nestor de Souza Laspro afirma:

“o duplo grau de jurisdição, oriundo da impugnação da decisão pela parte sucumbente, seria mecanismo eficaz para se conseguir esse objetivo. Assim, o juiz de segunda instância, no momento em que julga em grau recursal, estaria controlando a atividade jurisdicional, em concreto, exercida pelo juiz de primeira instância”.⁴⁷

Ressalva o doutrinador que o duplo grau de jurisdição não tem essa finalidade, comparado com os outros meios de impugnação da atividade estatal, postulando pela criação de um órgão de controle externo das atividades do Poder Judiciário – o que ocorreu efetivamente com a criação do Conselho Nacional de Justiça, mediante a edição da Emenda Constitucional nº 45, previsto nos artigos 92, inciso I, alínea a, e 103-B, da Constituição.⁴⁸

Além de todas as observações doutrinárias supracitadas, Luiz Rodrigues Wambier, Teresa Arruda Alvim Wambier e José Miguel Garcia Medina encaram o sistema recursal como meio de controle das atividades do Poder Judiciário que a sociedade dispõe em seu favor.⁴⁹

⁴⁶ DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. 1. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. Página 243.

⁴⁷ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 111.

⁴⁸ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 111.

⁴⁹ WAMBIER, L. R.; WAMBIER, T. A. A.; MEDINA, J. M. G. **Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Página 146.

Porém, sem sombra de dúvidas, o principal argumento favorável ao duplo grau de jurisdição, elencado por grande parte da doutrina, do qual decorrem praticamente todos os outros, é a possibilidade inafastável de erro por parte do juízo de primeiro grau.

Neste sentido, argumenta Laércio Becker que indubitavelmente é este argumento favorável ao duplo grau de jurisdição, sendo inconcebível que “a iniquidade de uma sentença se perpetue, por absoluta ausência de recursos cabíveis – tanto em grau superior como em equivalente”.⁵⁰

Apesar de muitos doutrinadores afirmarem que este argumento não legitima o duplo grau de jurisdição, estando sujeita a instância superior a também cometer erros e até a reformar para pior uma decisão bem prolatada, observa-se outro argumento favorável ao duplo grau: a maior possibilidade de acerto do grau superior.

Seguindo este raciocínio, José Carlos Barbosa Moreira afirma:

“a justificação política do princípio tem invocado a maior probabilidade de acerto decorrente da sujeição dos pronunciamentos judiciais ao crivo da revisão. É dado da experiência comum que uma segunda reflexão acerca de qualquer problema frequentemente conduz à mais exata conclusão, já pela luz que projeta sobre ângulos até então ignorados, já pela oportunidade que abre para a reavaliação de argumentos a que no primeiro momento talvez não se tenha atribuído o justo peso”.⁵¹

Além de submeter a decisão a uma nova reflexão, que possivelmente levará a uma melhor decisão, não se pode ignorar o fato de que os magistrados superiores

⁵⁰ BECKER, L. **Duplo Grau: A retórica de um dogma** in **Estudos de Direito Processual Civil: Homenagem ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Página 148.

⁵¹ MOREIRA, J. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. Página 235.

possuem mais experiência do que a de juízos inferiores e, ainda, que julgam em órgão colegiado.

Desta forma, continua o mesmo doutrinador argumentando que o reexame da decisão “compete a juízes mais experientes, em regime colegiado, diminuindo-se a possibilidade de passarem despercebidos aspectos relevantes para a correta apreciação da espécie”.⁵²

Concluiu, da mesma forma, Cândido Rangel Dinamarco que há “maior probabilidade de acerto nos julgamentos nos julgados por juízes mais experientes e numerosos – especialmente no Brasil, em que os órgãos de primeiro grau são monocráticos e os tribunais julgam ordinariamente em colegiado”.⁵³

Apresenta José Frederico Marques a mesma concepção:

“Não há dúvida de que o sistema do duplo grau de jurisdição é um fator de maior segurança na aplicação da lei pelos órgãos judiciários. (...) Ao demais, na organização dos quadros judiciários, os magistrados que funcionam no Juízo do recurso têm maior experiência e se encontram em melhores condições para um exame bem refletido e sereno da questão decidida em primeiro grau”.⁵⁴

Outro argumento que não se pode ignorar é o fato de que o julgamento de recursos por órgão hierarquicamente superior acaba por incidir na uniformização de jurisprudência, aferindo às diversas matérias e leis interpretação mais correta e unificada.

⁵² MOREIRA, J. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. Página 235.

⁵³ DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. 1. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. Página 243.

⁵⁴ MARQUES, J. F. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. IV. 1. ed. Campinas: Millenium, 2000. Página 4.

Quanto a este argumento, Cândido Rangel Dinamarco afirma:

“na conveniência de evitar a dispersão de julgados e assim promover a relativa uniformização de jurisprudência quanto à interpretação da Constituição e da lei federal, o que não seria factível se cada um dos milhares dos juízos de primeiro grau decidisse em caráter definitivo”⁵⁵.

3.3.2 CONTRÁRIOS

Em contrapartida aos argumentos acima citados, parte da doutrina apresenta como argumentos desfavoráveis ao duplo grau de jurisdição a dificuldade de acesso à justiça, o desprestígio do juízo inferior, a quebra de unidade do poder jurisdicional, o afastamento da verdade real e a inutilidade do duplo grau em caso de manutenção da decisão anterior.

Oreste Nestor de Souza Laspro crê que o duplo grau de jurisdição implica em óbice à garantia de acesso à justiça, na medida em que:

“a prolongação do processo, com efeito, produz a elevação dos custos, fazendo com que, muitas vezes, a parte tenha gastos mais elevados em demandar do que em, simplesmente, renunciar a seu direito. Na verdade, a longa duração do processo configura, indiscutivelmente, uma denegação de justiça, provocando danos econômicos às partes, auxiliando aquele que demanda sem ter razão, constituindo verdadeira ofensa ao devido processo legal”.⁵⁶

⁵⁵ DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. 1. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. Página 243.

⁵⁶ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 114.

Luiz Guilherme Marinoni afirma que “o duplo grau, em resumo, é uma boa desculpa para o réu que não tem razão retardar o processo”.⁵⁷

Neste sentido, Laércio Becker argumenta que “o dogma do duplo grau afasta cada vez mais do estado – e de sua tutela jurisdicional – os estratos menos favorecidos da população”.⁵⁸

Porém, tal argumento é facilmente contestável pelo caráter voluntário que o princípio apresenta, sendo que depende absolutamente da autonomia da vontade da parte, e caso ela tenha razão, não será sucumbente e não terá prejuízos diretos, quer economicamente quer psicologicamente; e pela existência do instituto da justiça gratuita, que, caso a parte seja economicamente desfavorecida e não possa arcar com as custas processuais sem prejuízo de seu sustento e de sua família, ficará isenta de pagar as custas processuais, sucumbente ou não.

Argumenta Ana Cândida Menezes Marcato que se atribui ao duplo grau de jurisdição a culpa pela excessiva duração dos processos:

“entretanto, não nos parece que a solução seja a abolição da observância do duplo grau de jurisdição, mas sim a harmonização, o equilíbrio entre celeridade e o duplo juízo da decisão. Até porque não se pode olvidar que o duplo grau de jurisdição está intimamente relacionado com a segurança jurídica, que é uma garantia constitucional”.⁵⁹

⁵⁷ MARINONI, L. G. **Tutela Antecipatória, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. Página 213.

⁵⁸ BECKER, L. **Duplo Grau: A retórica de um dogma** in **Estudos de Direito Processual Civil: Homenagem ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. Páginas 144e 145.

⁵⁹ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 47.

Outra circunstância desfavorável ao duplo grau de jurisdição citada pela doutrina é o desprestígio do juízo de primeiro grau de jurisdição.

Argumenta Oreste Nestor de Souza Laspro que a possibilidade de impugnar qualquer decisão perante órgão superior, caso ocorra a reforma “faz com que os resultados obtidos em primeira instância não tenham qualquer valor”, destacando que o órgão de primeiro grau atua somente na instrução do processo e opinando acerca da matéria de direito, para, então, posteriormente ser a lide julgada em segundo grau.

Fredie Didier Junior e Leonardo José Carneiro da Cunha, manifestando sua concordância com a opinião de Oreste Nestor de Souza Laspro, concluem que “o primeiro grau seria uma ampla fase de espera, onde o processo seria ‘preparado’, instruído para a fase do julgamento, em sede de apelação, e somente para aquela parte que tem condições econômicas para chegar até esta fase”.⁶⁰

Contrariamente, Ana Cândida Menezes Marcato pondera que o eventual desprestígio do órgão de primeiro grau de jurisdição não é suficiente para justificar a supressão do duplo grau, uma vez que “as partes podem optar por não recorrer da decisão de primeiro grau, ou, ainda que recorram, pode a decisão de segundo grau ser favorável à manutenção da sentença recorrida; nessas duas hipóteses, não haveria nenhum desprestígio ao primeiro grau”.⁶¹

Deve-se citar também a alegada quebra de unidade do poder jurisdicional, ocasionando, supostamente, insegurança jurídica.

Oreste Nestor de Souza Laspro argumenta que a confirmação da decisão em primeiro grau de jurisdição e a sua reforma, comprovando divergência, demonstra a fragilidade do sistema jurisdicional, na medida em que ele oferece soluções diversas ao mesmo caso, e, conseqüentemente, essa divergência aponta

⁶⁰ DIDIER JR, F.; CARNEIRO DA CUNHA, L. J. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 3: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2009. Página 23.

⁶¹ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 47.

“para um conflito na interpretação das normas, o que conduz para a desabilitação de todo o sistema estatal”.⁶²

Ainda, defende o mesmo doutrinador que a confirmação da decisão proferida em primeiro grau de jurisdição acarretaria na prática de diversos atos processuais “sem atingir qualquer finalidade prática relevante para a atividade jurisdicional”, continuando a parte inconformada e tendo os custos processuais sido elevados – atentando-se, assim, à economia processual, “sem qualquer benefício psicológico ou jurídico”.⁶³

No mesmo sentido seguem Fredie Didier Junior e Leonardo José Carneiro da Cunha, afirmando que “o segundo grau de jurisdição, na apreciação do recurso, pode adotar um de dois posicionamentos: mantém a decisão de primeiro grau ou a reforma/invalida. Ambas as condutas, sustenta a doutrina, causam descrédito à função jurisdicional”.⁶⁴

Ressalva tal posicionamento Ana Cândida Menezes Marcato, ponderando que se deve levar em conta os aspectos benéficos da manutenção da decisão recorrida, uma vez que confirmada a decisão em primeiro grau conferida por órgão superior – leia-se melhor preparado – é “fonte de maior segurança para a parte vencedora”.⁶⁵

Oreste Nestor de Souza Laspro destaca, ainda, o afastamento da verdade real que o duplo grau de jurisdição pode causar, na medida em que é admitida a dilação probatória em sede de segundo grau por algumas legislações, podendo

⁶² SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 116.

⁶³ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 116.

⁶⁴ DIDIER JR, F.; CARNEIRO DA CUNHA, L. J. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 3: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2009. Página 23.

⁶⁵ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 49.

existir dificuldades para produzir provas além de divergências entre os resultados obtidos em ambos os graus, dificultando, desta forma, a atividade do julgador.⁶⁶

Por fim, o mesmo doutrinador observa que, apesar da possibilidade de sustentação oral das partes no julgamento de recursos, incorre o duplo grau de jurisdição inutilização do procedimento oral, na medida em que, na maioria das hipóteses, não há instrução processual em segundo grau, estando os magistrados desta instância distantes da produção probatória e julgando com fulcro na documentação dos atos processuais, ignorando, desta forma, as vantagens da oralidade – como o contato direto do juiz com as partes e as provas.⁶⁷

3.5 EXCEÇÕES

Como já apresentado anteriormente, trata-se o duplo grau de jurisdição de princípio, e não garantia, podendo, desta forma apresentar exceções, tanto constitucionais quanto infraconstitucionais.

As exceções ao duplo grau de jurisdição previstas constitucionalmente decorrem da previsão de competência originária dos tribunais estaduais, dos tribunais superiores e da irrecorribilidade, à exceção de matéria constitucional, das decisões do Tribunal Superior Eleitoral.

A tais casos de competência originária apenas se pode reexaminar pontos específicos da decisão, sendo exigidos pressupostos de admissibilidade extremamente rigorosos, como ofensa à Constituição e à legislação federal, “à exceção das hipóteses de cabimento de recurso ordinário constitucional em face de

⁶⁶ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Páginas 116 e 117.

⁶⁷ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Páginas 117 e 131 à 133.

mandado de segurança de competência originária desse tribunal”, como destaca Ana Cândida Menezes Marcato.⁶⁸

Quanto às exceções à competência originária do Superior Tribunal de Justiça, destaca a mesma doutrinadora que “a possibilidade de impugnação dirige-se ao Supremo Tribunal Federal tão somente para revisar possível afronta às questões constitucionais”, ressaltando a hipótese de recurso ordinário ao Supremo Tribunal de Justiça em *habeas data* e mandado de segurança.⁶⁹

No tocante ao âmbito infraconstitucional, diversas exceções podem ser apresentadas, bastando a simples exclusão da possibilidade de recorrer ou a mera previsão de um único exame sobre a lide, mediante lei, à supressão do duplo grau de jurisdição.

Grande parte da doutrina considera a principal hipótese de supressão do duplo grau de jurisdição na esfera infraconstitucional a irrecorribilidade da sentença em execução fiscal de valor inferior ou igual a cinquenta Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, nos termos do artigo 34 da Lei 6.830 de 1980.⁷⁰

⁶⁸ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Páginas 72 e 73.

⁶⁹ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Páginas 72 e 73.

⁷⁰ NERY JUNIOR, N. **Teoria Geral dos Recursos**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. Página 42.

MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 73.

SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 164.

ARAÚJO CINTRA, A. C. DE; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. Página 82.

Art. 34 - Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração. (...)

§ 2º - Os embargos infringentes, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, no prazo de 10 (dez) dias perante o mesmo Juízo, em petição fundamentada. (...)

Além de destacar essa hipótese, Ana Cândida Menezes Marcato diz que se substitui “o recurso de apelação pelo de embargos infringentes, dirigido ao próprio juiz prolator da sentença”, ocorrendo, desta forma, apenas o duplo exame da matéria, uma vez que o reexame será realizado pelo próprio magistrado prolator da sentença.⁷¹

Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco citam, ainda, o §2º do artigo 4º da Lei 6.825 de 1980, promulgada no mesmo dia da anteriormente citada, dispondo do mesmo valor para a supressão do duplo grau de jurisdição na Justiça Federal. Destacam que foram ressuscitados os antigos embargos de alçada, previstos no Código de Processo Civil de 1939, quanto à admissão dos embargos infringentes dirigidos ao mesmo juiz.⁷²

Ressalvam tais doutrinadores, bem como Ana Cândida Menezes Marcato, que a Lei dos Juizados Especiais, ao instituir órgão colegiado de juízes de primeiro grau para a apreciação dos recursos, não instituiu exceção ao duplo grau de

⁷¹ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Páginas 73 e 74.

⁷² ARAÚJO CINTRA, A. C. DE; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. Página 82.

Art 4º Das sentenças proferidas pelos juízos federais em causas de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, em que interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou opoentes a União, autarquias e empresas públicas federais só se admitirão embargos infringentes do julgado embargos de declaração.

§ 1º Os embargos infringentes do julgado, instruídos, ou não, com documentos novos, serão deduzidos, perante o mesmo Juízo, em petição fundamentada, no prazo de 10 (dez) dias, contados na forma do art. 506 do Código de Processo Civil.

§ 2º Ouvido o embargado, no prazo de 5 (cinco) dias, serão os autos conclusos ao Juiz, que, dentro de 10 (dez) dias, os rejeitará ou reformará a sentença.

§ 3º Os embargos declaratórios serão opostos em petição, sem audiência da parte contrária, na forma dos arts. 464 e 465 do Código de Processo Civil.

jurisdição, estando resguardado o princípio, “que não deve necessariamente ser desempenhado por órgão da denominada ‘jurisdição superior’”.⁷³

Nelson Nery Junior dispõe que:

“o Código de Processo Civil não faz restrições ao cabimento de apelação, pois admite esse recurso contra toda e qualquer sentença, sem nenhuma limitação”, ressaltando que poderia o código estabelecê-las, na medida em que o princípio do duplo grau de jurisdição “não tem incidência ilimitada”.⁷⁴

Porém, em sentido oposto, entende Oreste Nestor de Souza Laspro, na medida em que o artigo 515 do Código de Processo Civil aborda a extensão e a profundidade do efeito devolutivo nos recursos de apelação, que se está diante de exceção ao duplo grau de jurisdição.⁷⁵

⁷³ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Página 73, nota 162.

ARAÚJO CINTRA, A. C. DE; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. Página 82.

⁷⁴ NERY JUNIOR, N. **Teoria Geral dos Recursos**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. Páginas 41 e 42.

⁷⁵ BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 1, 17 jan. 1973. Seção 1.

Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.

§ 1º Serão, porém, objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha julgado por inteiro.

§ 2º Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento dos demais.

§ 3º Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 2001)

§ 4º Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação. (Incluído pela Lei nº 11.276, de 2006)

O efeito devolutivo tem dois aspectos: extensão e profundidade. O primeiro aspecto significa que o tribunal só poderá conhecer e julgar a apelação nos exatos termos da matéria impugnada, caracterizado pela expressão *tantum devolutum quantum appellatum*. A controvérsia, porém, reside no segundo aspecto.

O artigo supracitado diz que a apelação devolverá o conhecimento da matéria impugnada ao tribunal, ressaltando que serão as questões suscitadas e discutidas no processo objeto de apreciação e julgamento pelo tribunal, mesmo que não tenham sido abordadas integralmente pela sentença; que poderá o tribunal conhecer todos os fundamentos apresentados na exordial e na defesa, tendo o magistrado de primeiro grau acolhido apenas um deles; que poderá o tribunal apreciar desde logo a matéria, se versar o processo apenas de questão de direito ou estiver em condições para imediato julgamento, em caso de extinção do processo sem julgamento de mérito pela primeira instância; e que poderá o tribunal determinar, em caso de ter ocorrido nulidade sanável, a realização ou a renovação de ato processual, podendo prosseguir o julgamento do recurso.

Explica-se: segundo o referido artigo, o tribunal responsável pelo julgamento da apelação poderá abordar questões não suscitadas na profundidade devida pela sentença – sendo estas, pela primeira vez, abordadas em um único grau de jurisdição.

Conclui, desta forma, o doutrinador que “partindo-se do pressuposto de que, para existir o duplo grau de jurisdição, é indispensável que o exame nas duas decisões seja completo, nesses casos tal regra é excepcionada”.⁷⁶

Da mesma forma, segundo o autor em questão, não haverá duplo grau de jurisdição na hipótese do artigo 516 do mesmo diploma legal, que faz referência ao exame de questões anteriores à sentença que por esta não tenham sido abordadas, à exceção das decisões interlocutórias, que deveriam ter sido impugnadas no momento oportuno via agravo; bem como da hipótese do artigo 517, que permite ao

⁷⁶ SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995. Página 166.

tribunal analisar questões de fato não arguidas no grau anterior em razão de motivo de força maior, como no caso de fatos supervenientes.⁷⁷

Por fim, há de se destacar a promulgação da Lei 11.276 de 2006, que adicionou o §1º no artigo 518 do Código de Processo Civil, instituindo a denominada súmula impeditiva de recursos.⁷⁸

Dispõe o §1º do artigo supracitado que não serão recebidas apelações cujas sentenças estejam em conformidade com entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, estabelecendo, desta forma, um novo requisito para a admissibilidade do recurso de apelação, além dos demais elencados pelo mesmo diploma legal.

Ana Cândida Menezes Marcato diz que a promulgação da súmula impeditiva de recursos visou à “valorização da jurisprudência nos tribunais e a busca pela celeridade processual”, atendendo aos princípios da segurança jurídica, da economia processual e da isonomia e evitando “uma ascensão desnecessária ao juízo *ad quem*, para que ele se manifestasse da mesma forma que já poderia ter se manifestado o juízo *a quo*”.⁷⁹

⁷⁷ BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 1, 17 jan. 1973. Seção 1.

Art. 516. Ficam também submetidas ao tribunal as questões anteriores à sentença, ainda não decididas. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 1994)

Art. 517. As questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

⁷⁸ BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 1, 17 jan. 1973. Seção 1.

Art. 518. Interposta a apelação, o juiz, declarando os efeitos em que a recebe, mandará dar vista ao apelado para responder. (Redação dada pela Lei nº 8.950, de 1994)

§ 1º O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal. (Renumerado pela Lei nº 11.276, de 2006)

⁷⁹ MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006. Páginas 88 à 90.

4 CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, conclui-se que o duplo grau de jurisdição trata-se da possibilidade de impugnação da decisão judicial mediante a submissão da lide, tanto da matéria de fato quanto de direito, a reexame, por meio de recurso, direcionado a órgão jurisdicional hierarquicamente superior, que proferirá uma segunda decisão válida ou manterá a decisão anterior, sob o fundamento de garantia de boa solução.

Quanto à existência de previsão constitucional, é o instituto implicitamente alçado à categoria de princípio constitucional, porém não absoluto, ressaltando-se aqui a diferença entre princípios – *standards* juridicamente vinculantes orientadores de um sistema jurídico, dependendo sua aplicação de matérias fática e jurídica – e garantias – aplicáveis imperativamente, sem possibilidade de exceção, nem mesmo pela Constituição, sob pena de ter que se restabelecer os direitos fundamentais ofendidos.

O princípio do duplo grau de jurisdição apresenta exceções tanto constitucionais, na medida em que a Constituição prevê a competência originária dos tribunais de superposição para o julgamento de certos recursos, quanto infraconstitucional, conforme o exemplo da Lei de Execuções Fiscais, em que não há possibilidade de apelar em casos que apresentem valor igual ou inferior a 50 ORTNs.

Encontra-se o país, atualmente, em momento de discussão acerca de anteprojeto ao novo Código de Processo Civil, extremante influenciado pelos movimentos reformistas que tendem, cada vez mais, a restringir ou suprimir o duplo grau de jurisdição.

Destaca-se aqui que deve o legislador atentar que, apesar de não ser o duplo grau de jurisdição princípio constitucional explícito ou garantia, está ele intimamente relacionado ao devido processo legal – este sim garantia constitucional – e que sua aplicação é juridicamente vinculante, incumbindo-lhe a tarefa de ponderar – não no sentido técnico da palavra – qual princípio deve prevalecer em caso de colisão – principalmente com a efetividade e a celeridade processual.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, R.. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

ARAÚJO CINTRA, A. C. DE; GRINOVER, A. P.; DINAMARCO, C. R. **Teoria Geral do Processo**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BECKER, L. **Duplo Grau: A retórica de um dogma in Estudos de Direito Processual Civil**: Homenagem ao Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**, registrada na Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brasil a fls. 17 do Livro 4 de Leis, Alvarás e Cartas Imperiais. Rio de Janeiro, 22/04/1824. Consultado em 10/11/2011 através da URL: <http://www.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 1, 17 jan. 1973. Seção 1.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n. 678, de 06 de novembro de 1992. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, P. 15562, 09 nov. 1992. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**.

BRASIL. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, p. 15033, 27 set. 1995. Seção 1.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

DIDIER JR, F.; CARNEIRO DA CUNHA, L. J. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 3: Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais. 7. ed. Salvador: JusPODIVM, 2009.

DINAMARCO, C. R. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. 1. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DWORKIN, R. **Taking Rights Seriously**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

HOLANDA FERREIRA, A. B. DE. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MARCATO, A. C. M. **O Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e a Reforma do Código de Processo Civil**. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINONI, L. G. **Novas linhas do Processo Civil**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

MARINONI, L. G. **Tutela Antecipatória, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MARQUES, J. F. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. IV. 1. ed. Campinas: Millenium, 2000.

MORAES, A. DE. **Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOREIRA, J. C. B. **Comentários ao Código de Processo Civil**, vol. 5. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

NERY JUNIOR, N.; ANDRADE NERY, R. M. DE. **Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

NERY JUNIOR, N. **Teoria Geral dos Recursos**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PINTO, N. L. **Manual dos Recursos Cíveis**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SILVA, J. A. DA. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

SOUZA LASPRO, O. N. DE. **Duplo Grau de Jurisdição no Direito Processual Civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

TALAMINI, E. **Coisa Julgada e sua Revisão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

THEODORO JÚNIOR, H. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 1: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 49. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

WAMBIER, L. R.; TALAMINI, E. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 1: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

WAMBIER, L. R.; WAMBIER, T. A. A.; MEDINA, J. M. G. **Breves Comentários à Nova Sistemática Processual Civil**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.